

O colonialismo cultural

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S.Paulo, 01.08.11

A formação de professores e pesquisadores no Brasil está ocorrendo conforme a agenda e os interesses dos países ricos e influentes

De que tipo de economistas o Brasil precisa? De economistas que pensem de acordo com os problemas e interesses nacionais ou conforme a agenda e os interesses dos ricos?

Faço essa pergunta ao verificar que hoje o padrão de qualidade do ensino e da pesquisa aceito pela "comunidade acadêmica" é definido pelas revistas estrangeiras.

Ao fazermos isso, estamos formando professores e pesquisadores alienados dos interesses nacionais, estamos praticando uma violência contra a nação brasileira.

Para que uma nação seja forte, precisa dominar a ciência e a tecnologia, o que permitiu que os primeiros países que se industrializaram se tornassem ricos e poderosos.

Para isso, países como o Brasil, cuja revolução capitalista foi retardatária, precisam contar com universidades capazes de absorver a ciência e a tecnologia estrangeiras.

Não é, porém, com esse tipo de argumentação que se pode explicar o fato de que no Qualis -o sistema de qualificação de periódicos da Capes que serve para avaliar a produção acadêmica- não haja sequer uma revista nacional de economia classificada como A.

Se a teoria econômica fosse uma ciência natural e exata como é a física, não haveria problema aí. Mas a economia é uma ciência social, é uma ciência que busca compreender como as sociedades modernas produzem e distribuem riqueza.

É uma ciência imprecisa porque os homens não são autômatos previsíveis e é sempre marcada pela ideologia, pois os interesses que envolve são muito grandes.

Pretender transformá-la em uma ciência matemática é pura arrogância, o que leva à desregulamentação dos mercados e abre espaço para baixo crescimento e crises.

A economia é uma ciência que sempre refletiu interesses nacionais. E os países ricos sempre a usaram para "empurrar a escada" dos retardatários, ou seja, para convencê-los a adotar políticas que consultam seus interesses nacionais.

Não obstante isso, os artigos publicados por pesquisadores em revistas brasileiras obtêm uma pontuação nas avaliações da Capes muito menor do que os publicados em revistas estrangeiras.

A participação das revistas nacionais na classe A é zero. O que estamos dizendo aos jovens brasileiros com essa política?

Que pautem suas pesquisas e sua forma de pensar pelos padrões dos países ricos nossos concorrentes. "Mas é mais difícil publicar em uma revista estrangeira", dizem-nos.

Claro que é em algumas revistas, mas não é esse o critério. Ao Brasil, o que interessa são economistas que saibam analisar e propor soluções para os problemas brasileiros.

Quando revelo à Capes minha indignação com o colonialismo cultural, dizem-me que estão traduzindo a visão da comunidade acadêmica.

Mas quem "consagra" tal monstruosidade é o Estado brasileiro, que existe não para traduzir, mas para afirmar valores.

Para resolver esse problema, a Capes deveria estabelecer para as ciências humanas um percentual mínimo de periódicos nacionais A.

Não precisa ser um percentual alto como o da história. Um número em torno de 20% como é o caso da antropologia é aceitável. Inaceitável é o que ocorre na economia.